

A âncora fiscal

CLAUDIA COSTIN

O grande desafio a ser vencido pelo Estado brasileiro não se altera com as modificações introduzidas na política cambial, nem com os efeitos que a desvalorização do Real venha a produzir a curto, médio ou longo prazo. Na realidade, há pelo menos um ano o Governo se encontra mobilizado para um ajuste bem mais profundo e transformador do que o realizado no regime cambial: é o ajuste fiscal sempre adiado e jamais realizado por uma administração pública federal.

O cenário externo mudou bastante desde outubro de 1997, quando nos deparamos pela primeira vez com o impacto que a ação selvagem da especulação nos mercados de capitais pode provocar. Ficou claro que ninguém está imune às mudanças de humor do mundo virtual dos mercados.

Com o aumento da turbulência a partir da crise russa, renovou-se a certeza de que o Brasil teria de estar preparado para realizar um ajuste fiscal mais rápido e rigoroso. O Governo tem se empenhado, desde então, em levar a cabo a tarefa, num engajamento que envolve todos os seus órgãos e ministérios.

Este é um esforço que independe dos rumos que a cotação do real esteja a tomar neste ou naquele momento de histeria dos mercados. O mundo real é muito diferente do mundo virtual dos especuladores. Ele envolve orçamentos, cortes de despesas, metas em relação ao comprometimento de receitas, contratação de serviços, entre outras questões.

É com este mundo real que todos os brasileiros devem estar preocupados, e não com o mundo virtual das cotações que variam ao sabor dos ventos e mu-

dam a cada minuto. Perder a respiração com isto é ignorar que o mercado financeiro é essencialmente maníaco-depressivo, vai da euforia à depressão em minutos.

Vivemos nos últimos dias a fase da depressão, mas em breve a euforia estará de volta. Não devemos nos enganar nem com uma nem com outra. Para isso, nada como agir na esfera do real, do efetivamente tangível, daquilo que depende de nosso próprio esforço.

Nesse campo, as vitórias recentes são inegáveis. O Congresso Nacional tem demonstrado extraordinária sensibilidade com o momento atual, como se pôde verificar pela aprovação recente de itens importantíssimos do ajuste fiscal.

A aprovação do Orçamento Geral da União foi outro avanço fundamental, pois contempla metas bastante arrojadas. Da segunda para a primeira proposta encaminhada ao Congresso, houve cortes adicionais de R 8,7 bilhões. É como se o Orçamento de 1999 fosse um retrato do esforço de todo o Governo em suas diversas áreas, e que terá como resultado produzir um superávit primário mínimo de R 16,3 bilhões neste ano.

Isso é algo que não se alcança de uma hora para outra, mas sim a partir do esforço conjunto de todas as esferas públicas. E que precisa ter como contrapartida às ações do Governo central um comprometimento idêntico dos governos estaduais e municipais.

É inconcebível que, no atual momento brasileiro, disputas regionais ou pes-

soais venham a prejudicar o compromisso de austeridade fiscal. É bom lembrar que, de tudo o que arrecada o Governo federal, 33% são repassados aos estados. Falamos de uma Federação, na qual todos são parte de uma unidade chamada não por acaso de República Federativa do Brasil.

Tenho tido a oportunidade, pela função que me foi conferida no Executivo, de acompanhar o esforço dos governadores para equilibrar suas contas. A tarefa está longe de ser fácil. Em dez estados, o ano já começa com vencimentos atrasados. À exceção de Bahia, Ceará e

Maranhão, nenhum estado brasileiro está livre de problemas — de pelo menos algum deles — como o comprometimento de mais de 60% da receita com a folha de pagamento, queda na arrecadação, falta de recursos para investimentos ou atraso de salários.

Nada disso invalida a constatação de que os novos governadores e prefeitos dispõem agora dos instrumentos necessários para realizar com sucesso, sem ações bruscas, a missão de reverter esta situação de caos econômico. É o que poderão proporcionar a regulamentação da reforma administrativa, recentemente aprovada pela Câmara dos Deputados, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo anteprojeto deve ser enviado em breve ao Congresso Nacional. Com elas, não há dúvida de que ficou muito mais fácil corrigir as distorções e prover a máquina administrativa de maior racionalidade.

A administração pública federal também está preparada para tempos de aus-

teridade, tendo produzido avanços importantes. Um deles foi alcançado com a unificação das fontes pagadoras de salários e benefícios da União, o que permitiu economia de R\$ 119 milhões aos cofres públicos. Além disso, a remoção de privilégios, como a incorporação de gratificações de chefia ou licenças-prêmio, também ajudou a manter a folha num patamar de 42% do total arrecadado.

E muito mais ainda pode ser feito, como por exemplo um controle mais apurado da aplicação de sentenças judiciais ou a constante fiscalização de acumulações ilegais de cargos.

Outro importante instrumento a citar no esforço pelo controle de despesas está na continuidade da implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, um cadastro nacional de compras que relaciona os melhores preços de serviços e produtos a serem contratados pelos órgãos da administração federal. É um projeto que se inspira, filosoficamente, no Sistema de Acompanhamento das Ações de Governo, de cuja implantação tivemos a oportunidade de participar, no início da década, sob a coordenação do ex-ministro Marcílio Marques Moreira.

A propósito, o modelo implantado à época estendia-se às principais ações de Governo e contemplava a elaboração do plano plurianual, o chamado PPA. Também cabe citar que começamos a reestruturar o controle sobre o patrimônio, o que envolve, num primeiro estágio, o cadastramento de pelo menos 2,5 milhões dos 3 milhões de imóveis da União. Espera-se que, brevemente, o Estado brasileiro deixe de ser proprietário ou gestor de tantos imóveis.

Finalmente, é o caso de lembrar o quanto temos progredido no treinamen-

to do servidor público, passo decisivo para contar com profissionais comprometidos com melhor atendimento, maior eficiência e menos despesas. De modo geral, é possível afirmar que jamais se avançou tanto em nossa História rumo a uma maior racionalização de custos e despesas.

O empresário Benjamin Steinbruch comentou, em artigo recente, que a nova âncora do real deveria ser fiscal e política. De fato, não adianta clamar por uma nova política cambial, por uma nova política de juros ou pelo que quer que seja se não tivermos sido capazes de introduzir no país uma nova mentalidade gerencial.

O mal do Brasil, há séculos, é não dispor de esferas administrativas públicas — federais, estaduais e municipais — efetivamente comprometidas com a austeridade, preocupadas em gastar menos do que arrecadam. Pelo menos para isso a crise virtual dos mercados financeiros está sendo benéfica.

Ela colocou na agenda política a necessidade imperiosa do ajuste. A partir de uma nova realidade fiscal — e só então — será possível reduzir a dívida pública e as taxas de juros que dela se originam.

O Orçamento de 1999 representa um avanço nesta direção, assim como a aprovação de diversas medidas voltadas para o ajuste fiscal no Congresso e os projetos em curso da administração federal. O desafio é amplo e tem de envolver a todos os que, de uma forma ou de outra, lidam com a gestão da coisa pública no país.

CLAUDIA COSTIN é secretária de Estado da Administração e do Patrimônio.